

RICARDO ANTUNES

## Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho<sup>1</sup>

O presente texto apresenta alguns elementos empíricos e analíticos que configuram o que denominamos como *nova morfologia do trabalho*. Contrariamente às teses que advogaram o fim do trabalho ou visualizaram a sua desconstrução e perda de centralidade, procura-se compreender as novas modalidades de trabalho que estão em emergência no mundo contemporâneo, cujo traço mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo e de serviços nas últimas décadas.

Destacam-se as consequências das distintas formas de trabalho presentes na era da informatização; o seu sentido pendular, que oscila ora em direcção à sua condição de perenidade, ora acentuando seu traço de superfluidade; e exploram-se analiticamente os significados da ampliação do trabalho imaterial no mundo do capital, indicando algumas das suas consequências na lei do valor.

**Palavras-chave:** trabalho, relações laborais, produção, capitalismo.

O século XX pode ser definido sinteticamente como o século do automóvel. Foi através do binómio taylorismo-fordismo que a estrutura produtiva se desenvolveu: uma fábrica (prolongando-se para a sociedade) produzindo sob o controle rígido do capital. Taylor dizia que os trabalhadores deveriam executar o *trabalho prescrito*, sob rígido controle dos tempos e movimentos e que deveria existir uma camada de gestores responsáveis pela *elaboração e controle* da produção.

Tratava-se de uma produção cronometrada, com ritmo controlado, produção homogênea, buscando, como disse Ford, que a opção do consumidor fosse escolher entre um carro *Ford, cor preta, modelo T* ou outro carro *Ford*,

---

<sup>1</sup> Este texto é parte do projeto de pesquisa *Para Onde Vai o Mundo do Trabalho?*, desenvolvido junto ao CNPq (Brasil). O resultado foi publicado em versão preliminar e bastante alterada no livro *Por uma Sociologia do século XX*, organizado por Josué Pereira da Silva (2007, São Paulo: Annablume) e será publicado pela CLACSO, em espanhol, em versão também bastante modificada.

*cor preta, modelo T.* A linha de montagem, concebida em ritmo seriado, rígido e parcelar, gerou uma produção em massa que objetivava a ampliação do consumo também de massa, cujos salários operários também foram incrementados.

Essa materialidade produtiva que se esparramou para o mundo industrial e de serviços (até o *McDonalds* nasceu sob este signo) teve como corolário a genial fotografia de Chaplin: a *degradação do trabalho unilateral, estandarizado, parcelar, fetichizado, coisificado e maquinal*. Animalizado (“gorila amestrado”, segundo Taylor), massificado, sofrendo até mesmo o controle de sua sexualidade pela empreitada taylorista e fordista (Gramsci). Ainda que regulamentado e contratado, a degradação do trabalho na sociedade taylorizada e fordizada estava estampada em sua mecanização, parcelização, manualização, alienação e, no limite, desantropomorfização.

Este quadro foi dominante até o início dos anos 1970, quando ocorreu a crise estrutural do sistema produtivo que, de certo modo, se prolonga até os dias de hoje, visto que o vasto e global processo de reestruturação produtiva ainda não encerrou seu ciclo. Mas o empreendimento de base taylorista e fordista mostrou que tinha cumprido a sua trajetória. Tratava-se, a partir de então, de implementar novos mecanismos e formas de acumulação, capazes de oferecer respostas ao quadro crítico que se desenhava, especialmente depois da eclosão das lutas sociais de 1968 na França, ou no “Outono Quente” da Itália de 1969, movimentos que objetivavam o controle social da produção.

Foram várias as experiências exercitadas pelo capital, em seu processo de reestruturação: na Suécia (em Kalmar); no norte da Itália na chamada “Terceira Itália”; na Califórnia nos EUA; no Reino Unido, na Alemanha e em outros diversos países e regiões, sendo a experiência toyotista do Japão a mais expressiva de todas, pois vinha se estruturando desde os inícios dos anos 1950 e, a partir da crise de 1973, mostrava forte potencialidade universalizante, conhecida no Ocidente como “modelo japonês” ou toyotismo. Tratava-se, para os capitais, de garantir a *acumulação*, porém de modo cada vez mais *flexível* e compatível com a nova fase do capital. Nascia, então, a chamada empresa flexível.

Essa transformação estrutural teve forte impulso após as vitórias do neoliberalismo, quando um novo receituário, um novo desenho ideopolítico se apresentou como alternativa de dominação em substituição ao Estado-Providência. Começava a se expandir uma outra pragmática, que se articulou intimamente com a reestruturação produtiva em curso à escala global. Estruturava-se uma nova engenharia da liofilização no microcosmo da produção.

Essa reestruturação produtiva fundamentou-se no que o ideário dominante denominou como *lean production*, isto é, a empresa enxuta, a “empresa moderna”, a empresa que restringe e limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário tecno-científico, que Marx denominou como *trabalho morto*. E que redesenhou a planta produtiva de modo bastante distinto do taylorismo/fordismo, reduzindo enormemente a força de trabalho vivo e ampliando intensamente sua produtividade, reterritorializando e mesmo desterritorializando o mundo produtivo, pois as noções de *espaço* e *tempo* transformavam-se profundamente.

O resultado não tardou em aflorar: desemprego explosivo, precarização estrutural do trabalho, rebaixamento salarial, perda de direitos, etc. Verificou-se a expansão do que Juan Castillo (1996) cunhou com felicidade como *liofilização organizacional*: processo no qual substâncias vivas são eliminadas, sendo o *trabalho vivo* crescentemente substituído pelo *trabalho morto*.

Nessa nova empresa liofilizada era necessário um novo tipo de trabalho que atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como “*colaboradores*”. Quais são os contornos desse “novo tipo de trabalho”?

Ele deve ser mais “polivalente”, “multifuncional”, algo diverso do trabalho que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que floresceu na fase da “desespecialização multifuncional”, do “trabalho multifuncional”, que em verdade expressa a *enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho*. E isso ocorre tanto no mundo industrial, quanto nos serviços, para não falar do agronegócio, soterrando a tradicional divisão entre setores agrícola, industrial e de serviços.

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência, etc., também experimentaram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público. Tornaram-se importantes empresas privadas geradoras de valor.

O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, *as noções de tempo e de espaço também foram metamorfoseadas* e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. Onde havia uma empresa concentrada pode-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. Afloram o trabalho da telemática, o trabalho conectado em rede, o trabalho em casa,

etc., com as mais distintas formas de precarização. As repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideo-político do mundo do trabalho são por demais evidentes, como indicaremos adiante.

O trabalho estável torna-se, então, quase virtual, uma vez que estamos vivenciando a erosão e mesmo corrosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e vendo sua substituição pelo trabalho terceirizado, flexibilizado, pelas formas de trabalho *part time*, pelo “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “terceiro setor”, expressões cada vez mais freqüentes do que poderia ser denominado, anteriormente, como *trabalho atípico* (Vasapollo, 2005).

O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais eloqüente, uma vez que, em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego e o despotismo do trabalho. Hoje, contrariamente, os capitais vêm criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho. As “cooperativas” criadas pelas empresas têm, então, sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, uma vez que são verdadeiros empreendimentos patronais para destruir direitos e aumentar ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do empreendedorismo, que cada vez mais se configura como assemelhado a uma forma oculta de trabalho assalariado e que permite a proliferação, neste cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, das mais distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa.

É neste quadro de precarização estrutural do trabalho que os capitais globais estão exigindo dos governos nacionais o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro. Tudo isso em plena era do avanço tecno-científico que fez desmoronar tantas (infundadas) esperanças otimizistas. Isso porque, em pleno avanço informacional, amplia-se o mundo da informalidade.

Há, então, uma outra contradição que se evidencia quando o olhar se volta para a (des)sociabilidade contemporânea no mundo do capital mundializado e financeirizado: quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada “empresa moderna”, quanto mais racionalizado é seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das “competências”, da chamada “qualificação”, da gestão do “conhecimento”,

do sistema de “metas”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho (no sentido da perda de liames e da corrosão dos mecanismos de regulamentação e contratação) para uma parcela enorme de trabalhadores e trabalhadoras.

A pirâmide social do trabalho se segmenta ainda mais em sua estrutura: no *topo*, temos trabalhos ultraqualificados que atuam no âmbito informacional, das chamadas tecnologias de informação e comunicação; na *base*, avança a precarização e o desemprego, ambos estruturais, gerando uma força sobrando de trabalho monumental e impossível de ser incorporada pelo capital. No *meio*, a hibridez, o espaço por excelência do que fora ultraqualificado ontem e se encontra sem trabalho pelo fecho, transferência ou incorporação da empresa. Candidato, ainda mais em época de crise, a se tornar mais um desempregado. Isso sem falar naqueles trabalhadores e trabalhadoras sem emprego há tempos e que não têm mais como retornar ao mercado de trabalho.

Há, entretanto, um elemento importante, acima referido, na nova configuração do mundo do trabalho, que devemos mencionar com destaque: trata-se da ampliação do trabalho “cognitivo”, mais “intelectualizado”, do trabalho “imaterial”, realizado nas esferas da comunicação, informação, publicidade e *marketing*, próprias da sociedade do *logos*, da *marca*, do *simbólico*, do *involucral* e do *supérfluo*, do *informacional*. É o que o discurso empresarial chama de “sociedade do conhecimento”, presente no *design* da Nike, na concepção de um novo *software* da Microsoft, nos modelos da Benetton, na nova planta da Telefônica e que resultam do labor *imaterial* que, articulado e inserido no trabalho *material*, expressam as formas contemporâneas do valor (Antunes, 1995 e 1999).

Ao apropriarem-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderarem-se de sua dimensão intelectual – traço crucial do capitalismo de nossos dias –, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e subordinação dos sujeitos do trabalho, uma vez que utilizam mecanismos ainda “mais coativos, renovando as formas primitivas de violência, uma vez que ao mesmo tempo as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou ‘envolvimento’ subjetivo e social do trabalhador” (Bialakowsky, 2003: 135).

Ao contrário, portanto, do fim ou redução de relevância da teoria do valor-trabalho, há uma qualitativa alteração e ampliação das formas e mecanismos de extração do trabalho. É sintomático também o *slogan* adotado pela Toyota, na unidade de Takaoka: “*Yoi kangae, yoi shina*” (“bons pensamentos significam bons produtos”), fixado na bandeira que tremulava na entrada da unidade produtiva (*Business Week*, 2003). Mas

é bom lembrar que estes projetos de “envolvimento”, flexibilização, etc., acabam também por encontrar resistência junto aos trabalhadores, conforme se viu no protesto de 1.300 trabalhadores, organizado pelos sindicatos que eram contrários à implantação do sistema de autocontratação (*Japan Press Weekly*, 2004).

Não é por acaso também que a Manpower é símbolo de emprego nos EUA, cuja atividade “constrói parcerias com clientes em mais de 60 países, (...) mais de 400 mil clientes dos mais diversos segmentos, como comércio, indústria, serviços e promoção (...). A Manpower está preparada para atender seus clientes com *serviços de alto valor agregado* [grifos meus], como contratação e administração de funcionários temporários; recrutamento e seleção de profissionais efetivos, para todas as áreas; programas de *trainees* e de estágios, projetos de terceirização e serviços de *contact center*; administração de RH (RH Total) e contratação de profissionais com alto grau de especialização” (Divisão Manpower Professional, Manpower Brasil, in [www.manpower.com.br](http://www.manpower.com.br)).

Pode-se lembrar também o recente projeto da *Telefônica*, Distrito C, em Madrid, na Espanha, onde uma parte significativa dos trabalhadores das tecnologias de comunicação e informação já atua sem mesa ou bancada de trabalho, circulando “livremente” pelo espaço da empresa, uma vez que trabalha sob o sistema de metas. Ou as incontáveis empresas de *call center* e *telemarketing* que se expandem em praticamente todas as partes do mundo e se tornam cada vez mais relevantes para a efetivação ou agregação do valor.

Tem-se então como resultante que a prevalência da *razão instrumental* assume a forma de uma enorme *irracionalidade societal*. O que coloca um desafio fundamental e candente: a desconstrução desse ideário e dessa pragmática é condição para que a humanidade e, portanto, também o *trabalho*, possam ser verdadeiramente dotados de sentido, obstando o destrutivo processo de *desantropomorfização do trabalho* em curso desde o início da Revolução Industrial.

A constatação parece inevitável: em plena *era da informatização* do trabalho, do mundo *maquinal* e *digital*, estamos conhecendo a *época da informalização* do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do *subproletariado*.

Se, no passado recente, só marginalmente a classe trabalhadora no Brasil presenciava níveis de informalidade, hoje mais de 50% dela se encontra nessa condição (aqui a informalidade é concebida em sentido amplo), desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial

acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais freqüente da classe trabalhadora. O que sinaliza um século XXI com alta temperatura nas confrontações entre a totalidade do trabalho social e a totalidade do capital global (Mészáros, 2002).

Há, portanto, um movimento pendular vivenciado pela classe trabalhadora: por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, conseguem reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê, ao mesmo tempo, pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho e, paralelamente, pela ampliação do trabalho desqualificado e precarizado. Aqui encontramos, então, o traço de *perenidade* do trabalho.

No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência à precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta.

Na China, por exemplo, país que cresce a um ritmo estonteante, dadas as peculiaridades de seu processo de industrialização hipertardia – que combina força de trabalho sobrando e hiper-explorada com maquinário industrial-informacional em lépido e explosivo desenvolvimento – também o contingente proletário industrial sofreu redução, em decorrência do avanço tecno-científico em curso. Segundo Jeremy Rifkin, entre 1995 e 2002 a China perdeu mais de 15 milhões de trabalhadores industriais (Rifkin, 2004).

E, a partir da ampliação da crise global em fins de 2008 e início de 2009, a economia chinesa, com quase um bilhão de trabalhadores ativos, gerou 26 milhões de novos desempregados, somente dentre os ex-trabalhadores rurais que estavam trabalhando nas indústrias das cidades e que não têm como encontrar trabalho no campo uma outra alternativa de trabalho. Não é por outro motivo que o Partido Comunista chinês e seu governo estão assustados com o salto dos protestos sociais, que decuplicaram nos últimos anos, chegando a 80 mil manifestações em 2005 e que não param de se ampliar depois da eclosão da recessão mundial. Cada ponto percentual a menos em seu PIB corresponde a uma hecatombe social, sendo que os operários deserdados das cidades não têm mais o campo como refúgio.

O Partido Comunista chinês pode esperar novas ondas de revoltas, ampliando o cenário da tragédia atual.<sup>2</sup>

Portanto, reduziu-se o trabalho estável da era do automóvel, mas se ampliou, se heterogeneizou e se complexificou o universo da *classe-que-vive-do-trabalho*. O que nos obriga a compreender as formas contemporâneas do trabalho e do valor.

### **As novas formas do trabalho e do valor: materialidade e imaterialidade**

Com a conversão do *trabalho vivo* em *trabalho morto*, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, pode-se presenciar o que Lojkin sugeriu denominou como *objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria*, transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada (Lojkin, 1995). A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina informacional, através dos computadores, acentua a transformação de *trabalho vivo* em *trabalho morto*.

Acentua-se, então, a crescente imbricação entre trabalho *material* e *imaterial*, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, além da monumental precarização do trabalho acima referida, uma significativa expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou das comunicações, entre tantas outras.

Assim, o *trabalho imaterial* expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo *informacional* da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho no interior das grandes empresas e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual. Trabalho *material* e *imaterial*, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital.

<sup>2</sup> A OIT projeta 50 milhões de desempregados ao longo de 2009 e adverte que para 1,5 bilhão de trabalhadores o cenário será turbulento e marcado pela erosão salarial e ampliação do desemprego, não só para aqueles mais empobrecidos, mas também para as classes médias que “serão gravemente afetadas” (ILO, 2008). Com a crise, o quadro se agrava também na América Latina: em outro Relatório afirma que “devido à crise até 2,4 milhões de pessoas poderão entrar nas filas do desemprego regional em 2009”, somando-se aos quase 16 milhões já desempregados, sem falar no “desemprego oculto”, nem sempre contabilizado pelas estatísticas oficiais. As mulheres trabalhadoras têm sido mais afetadas, com taxa de desemprego 1,6 vezes maior que os homens, e o desemprego juvenil, em 2008, em nove países latinoamericanos, foi 2,2 vezes maior do que a taxa de desemprego total (OIT, 2009).



Estamos aqui em plena concordância com J. M. Vincent, quando afirma:

[...] a própria forma valor do trabalho se metamorfoseia. Ela assume crescentemente a forma valor do trabalho intelectual-abstrato. A força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto [...]. A produção material e a produção de serviços necessitam crescentemente de inovações, tornando-se por isso cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento que se converte em mercadorias e capital. (Vincent, 1993: 121)

A nova fase do capital, sob a era da “empresa enxuta”, retransfere o *savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade existente no mundo do trabalho. Mas o processo não se restringe a esta dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual* é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam *mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho*. Como a máquina não pode eliminar cabalmente o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente.

E, neste processo, o *envolvimento interativo* aumenta ainda mais o *estranhamento e a alienação do trabalho*, ampliando as formas modernas da *reificação*, distanciando-se ainda mais a subjetividade do exercício daquilo que Nicolas Tertulian, na esteira do Lukács da maturidade, sugestivamente denominou como o exercício de uma *subjetividade autêntica e autodeterminada* (Tertulian, 1993).

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, uma maior *interpenetração* entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.<sup>3</sup> O que

<sup>3</sup> Na fase de mundialização do capital tornou-se obsoleto tratar de modo independente os três setores tradicionais da economia (indústria, agricultura e serviços), dada a enorme interpenetração entre essas atividades, de que são exemplos a *agroindústria*, a *indústria de serviços* e os *serviços industriais*. Vale aqui o registro (até pelas consequências políticas decorrentes desta tese) que reconhecer a interdependência setorial é muito diferente de falar em *sociedade pós-industrial*, concepção carregada de significação política.

remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender a *forma de ser do trabalho* no capitalismo contemporâneo, e não para afirmar a sua negação.

As teses, entretanto, que propugnam a prevalência do trabalho imaterial hoje (com a conseqüente desmedida do valor), parecem equivocadas (Gorz, 2005). De nossa parte, ao contrário, cremos que as formas do trabalho imaterial expressam as distintas modalidades de trabalho vivo, necessárias para a valorização contemporânea do valor. Na fase laborativa onde o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente, a *potência criadora* do trabalho vivo assume tanto a forma (ainda dominante) do trabalho material como a *modalidade tendencial* do trabalho imaterial (Antunes, 1999 e 2005).

Esta não se torna desmedida, até porque, não sendo nem única e nem mesmo dominante – aqui aflora outro traço explosivamente eurocêntrico destas teses – o trabalho imaterial se converte em *trabalho intelectual abstrato, inserindo crescentes coágulos de trabalho imaterial na lógica prevalente da acumulação material, de modo que a medida do valor é uma vez mais dada pelo tempo social médio de um trabalho cada vez mais complexo, assimilando-o à nova fase da produção do valor, nas novas formas de tempo e de espaço*. Portanto, menos que uma descompensação da lei do valor, a crescente imbricação entre trabalho material e imaterial configura uma adição fundamental para se compreender os novos mecanismos da teoria do valor hoje, numa contextualidade onde esse movimento é dado pela lógica da financeirização.

Já citamos acima o exemplo da Manpower, transnacional que terceiriza força de trabalho em âmbito mundial. Também vimos que o que é intangível para tantos é claramente contabilizado pela Toyota. E está em curso o projeto Distrito C da Telefônica, agregando valor através do trabalho nas tecnologias de comunicação e informação.

Por fim, é preciso acentuar que se a imaterialidade é uma *tendência*, a materialidade é ainda largamente prevalecente, até porque grande parte das atividades imateriais são condensadas e plasmadas em um conjunto de relações que acabam por assumir predominantemente uma dada forma material. Especialmente quando se olha o capitalismo em escala global, desenhado pela nova divisão internacional do trabalho, onde 2/3 da humanidade que trabalha encontram-se nos países do Sul. A explosão chinesa (para não falar da Índia) na última década, ancorada na enorme força sobran-te de trabalho, na incorporação de tecnologia informacional e na estruturação em rede das transnacionais, tudo isso articulado com um controle sócio-técnico dos trabalhadores, vem permitindo uma exploração

desmesurada da força de trabalho e, como consequência, uma expansão monumental do valor, que infirma (empírica e teoricamente) a teoria da irrelevância do trabalho vivo na produção de valor. E estes exemplos evidenciam a fragilidade das teses que defendem a predominância da imaterialidade do trabalho como forma de *superação*, *inadequação* ou *desmedida* da lei do valor.

Portanto, do trabalho intensificado do Japão (onde jovens operários migram em busca de trabalho nas cidades e dormem em cápsulas de vidro, como verdadeiros operários encapsulados) ao trabalho contingente presente nos Estados Unidos; dos imigrantes que migram para o Ocidente avançado ao submundo do trabalho no pólo asiático; das *maquilladoras* no México aos precarizados/as de toda a Europa Ocidental; da Nike aos McDonalds, da General Motors à Ford e Toyota, das trabalhadoras dos *call center* aos trabalhadores da Wal Mart, podem-se constatar distintas modalidades de trabalho vivo, no topo ou na base da estrutura social do trabalho, todos de algum modo partícipes da totalidade do trabalho social necessário para a expansão das novas modalidades de agregação do valor.

Este multifacetado mundo do trabalho é caracterizado, ainda, por fortes clivagens e novas transversalidades, particularmente no que concerne às dimensões de gênero, geração, etnia, etc. Bastaria recordar que no mundo do trabalho vivencia-se um aumento significativo do contingente feminino, que atinge mais de 40% ou de 50% da força de trabalho em diversos países avançados, que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, o contingente feminino superou, ao final da década de 1990, o masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado o inverso quando se trata da temática salarial e dos direitos, onde a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo freqüentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.

Na *divisão sexual do trabalho*, operada pelo capital dentro do *espaço fabril*, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e freqüentemente fundadas em *trabalho intensivo* são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito freqüentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). Isso para não falar no trabalho duplicado (no mundo da produção e reprodução), ambos imprescindíveis para o capital (Pollert, 1996). Mike Davis nos lembra

que “não é raro encontrar [na América Central] empregadas domésticas de sete ou oito anos com jornadas semanais de noventa horas e um dia de folga por mês” (Davis, 2006: 188).

Com o enorme incremento do *novo proletariado informal*, do subproletariado fabril e de serviços, novos postos de trabalho são preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os imigrantes do leste europeu (poloneses, húngaros, romenos, albaneses, etc.) na Europa Ocidental, os *dekaseguis* no Japão, ou os *bolivianos* no Brasil, nas empresas de confecção em São Paulo, cujas jornadas de trabalho atingem até 17 horas diárias, em troca de casa e comida.

Vale recordar também que a explosão da periferia parisiense em fins de 2005 aflorou as ricas conexões existentes entre trabalho, não-trabalho, precarização, imigração, geração, etc. Jovens em sua quase totalidade sublevaram-se contra sua condição de “cidadãos de segunda classe”.

E numa contextualidade de desemprego estrutural em escala global, acentuado depois da eclosão da crise que atinge o conjunto dos países capitalistas, tendo como epicentro o tripé caracterizado pelos EUA, Europa e Japão, com profundas repercussões na totalidade do sistema de capital, os trabalhadores, especialmente os imigrantes, são os primeiros a serem penalizados. Além da perda em massa do emprego, a xenofobia se amplia em várias áreas de trabalho. Recentemente, em Fevereiro de 2009, uma manifestação de trabalhadores britânicos estampava os seguintes dizeres: “*Put British Workers First*”, externando sua posição contrária à contratação de trabalhadores italianos e portugueses, com menores salários, em uma usina nuclear em Sellafield, Inglaterra. Se a igualdade salarial é certamente uma reivindicação justa, a discriminação é caso típico de xenofobia. Na Europa, Japão, EUA e em tantas outras partes do mundo, manifestações semelhantes também vêm ocorrendo.

Ainda no que concerne ao traço geracional, há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de desempregados e quando se atinge a idade de 35/40 anos, uma vez desempregados, dificilmente conseguem novo emprego.

Paralelamente, nas últimas décadas houve uma inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos, mas que atinge também inúmeros países centrais. Ainda que essa tendência tenha sinais importantes de declínio, ela é muito expressiva em países como China, Índia, Brasil, etc. Não importa que o trabalho adulto se torne supérfluo e que muitos milhões de homens e mulheres em idade de trabalho vivenciem o desemprego estrutural. Mas as crianças devem,

desde muito cedo, fazer parte do ciclo produtivo: seu *corpo brincante* transfigura-se muito precocemente em *corpo produtivo* para o capital. Na produção de sisal, na indústria de calçados e confecções, no cultivo do algodão e da cana, nas pedreiras, carvoarias e olarias, no trabalho doméstico, são inúmeros os espaços onde o trabalho infantil valoriza os capitais. Na indústria de tapeçaria da Índia, lembra Mike Davis, as crianças trabalham de cócoras em jornadas que chegam a 20 horas por dia. E na indústria do vidro trabalham ao lado dos tanques com temperatura próxima de 1.800 graus centígrados (Davis, 2006: 187).

Desse modo, estas indicações sugerem como são ricas as clivagens e transversalidades existentes hoje entre os trabalhadores estáveis e precários; homens e mulheres; jovens e idosos; nacionais e imigrantes; brancos, negros, índios; qualificados e desqualificados; empregados e desempregados, entre tantos outros exemplos que configuram o que venho denominando como *a nova morfologia do trabalho*.

Menos do que a tese unívoca da redução do proletariado, estamos presenciando o afloramento de novas e distintas modalidades de trabalho que se esparramam pelo mundo em escala global, reconfigurando (e complexificando) o mundo do trabalho e sua polissemia.

### **Desenhando a nova morfologia do trabalho**

Contrariamente, portanto, às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender a *nova morfologia*, cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo do capital nas últimas décadas.

*Nova morfologia* que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento (que é desigual quando se comparam os casos do Norte e do Sul), até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. *Nova morfologia* que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, de que são exemplos as trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, os *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, os assalariados do *fast food*, os trabalhadores jovens dos hipermercados, etc.

Estes contingentes são partes constitutivas das forças sociais do trabalho que Ursula Huws sugestivamente denominou como *cybertariat*, o *novo proletariado da era da cibernética que vivencia um trabalho (quase) virtual*

em um *mundo (muito) real*, para lembrar o sugestivo título de seu livro, que discorre sobre as novas configurações do trabalho na era digital, da informática e da telemática. Ela fala de novos trabalhadores e trabalhadoras que oscilam entre a enorme *heterogeneidade* de sua *forma de ser* (de gênero, etnia, geração, espaço, nacionalidade, qualificação, etc.) e a impulsão tendencial para uma forte *homogeneização* que resulta da condição de precariedade dos distintos trabalhos (Huws, 2003).

Se a impulsão pela flexibilização do trabalho é uma exigência dos capitais em escala cada vez mais global, as respostas do mundo do trabalho devem configurar-se de modo crescentemente internacionalizadas, mundializadas, articulando intimamente as ações nacionais com seus nexos internacionais. Se a era da mundialização do capital se realizou de modo ainda mais intenso nas últimas décadas (Chesnais, 1996), entramos também na era da mundialização das lutas sociais, das forças do trabalho, ampliadas pelas massas de desempregados que se esparramam pelo mundo (Antunes, 2005; Bernardo, 2004).

Na Argentina, por exemplo, presenciamos novas formas de confrontação social, como a explosão do movimento dos trabalhadores-desempregados, os *piqueteros* que “cortan las rutas” para barrar a circulação de mercadorias (com suas claras repercussões na produção) e para estampar ao país o flagelo do desemprego. Presenciamos ainda a expansão da luta dos trabalhadores em torno das empresas “recuperadas”, ocupadas durante o período mais crítico da recessão na Argentina, nos inícios de 2001, e que atingiu a soma de duas centenas de empresas sob controle-direção-gestão dos trabalhadores. Foram, ambas, respostas decisivas ao desemprego argentino. E sinalizaram para novas formas de lutas sociais do trabalho.

Os exemplos ocorridos na França, em fins de 2005, acima referidos, com as explosões dos imigrantes (sem ou com pouco trabalho) e a destruição de milhares de carros (o símbolo do século XX) em majestosas manifestações, nos inícios de 2006, com os estudantes e trabalhadores na luta contra o Contrato de Primeiro Emprego, são também experimentos seminais, eivados de significados.

Essa nova morfologia do trabalho não poderia deixar de afetar os organismos de representação dos trabalhadores, de que são exemplos os sindicatos, muitos deles experimentando forte quadro crítico. Se muitos analistas desta crise viram um caráter terminal nestes organismos de classe, não é essa nossa constatação. Queremos tão somente registrar que a *nova morfologia do trabalho* significa também um *novo desenho das formas de representação das forças sociais e políticas do trabalho*. Se a indústria taylorista e fordista é parte mais do passado do que do presente (ao menos

enquanto tendência), como imaginar que um sindicalismo verticalizado possa representar esse novo e compósito mundo do trabalho? (Bihr, 1991; Antunes, 1995).

Uma conclusão se impõe, à guisa de hipótese: hoje devemos reconhecer (e mesmo saudar) a *desierarquização* dos organismos de classe. O mais importante é o movimento social, sindical ou partidário que apreende as *raízes* mais profundas das engrenagens sociais dominantes, as complexas formas da dominação, as questões que são *vitais*.<sup>4</sup> E, para fazê-lo, é imprescindível conhecer a *nova morfologia do trabalho*.

### Referências bibliográficas

- Antunes, Ricardo (1995), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Antunes, Ricardo (1999), *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo (2005), *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Bernardo, João (2004), *Democracia totalitária*. São Paulo: Cortez.
- Bialakowsky, Alberto *et al.* (2003), “Dilución y mutación del trabajo en la dominación social local”, *Revista Herramienta*, 23, 133-140.
- Bihr, Alain (1991), *Du «Grand Soir» a «L'Alternative» (le mouvement ouvrier Européen en crise)*. Paris: Les Editions Ouvrières.
- Business Week* (2003), 18/11/2003.
- Castillo, Juan J. (1996), *Sociología del trabajo*. Colección Monografías, 152. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Chesnais, François (1996), *A mundialização do capital*. São Paulo: Xâma.
- Davis, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- Japan Press Weekly* (2004), n.º 2371, 21/02/2004.
- Gorz, A. (2005), *Imaterial*. São Paulo: Annablume.
- Huws, Ursula (2003), *The Making of a Cybertariat. Virtual Work in a Real World*. New York / London: Monthly Review Press / The Merlin Press.
- International Labour Organisation (2008), *Global Wage Report 2008/2009*. ILO: Geneva.
- Lojkin, Jean (1995), “De la révolution industrielle à la révolution informationnelle”, in Jacques Bidet; Jacques Texier, *La crise du travail*. Paris: Press Universitaires de France.

---

<sup>4</sup> Basta indicar aqui uma contradição em que o mundo se encontra mergulhado: quando se reduzem as taxas de emprego, aumentam os níveis de desemprego global. Se, em contrapartida, o mundo produtivo retomar os níveis altos de crescimento, aumentando a produção e seu modo de vida fundado na superfluidade e no desperdício, aquecerá ainda mais o universo e a destruição ambiental.

- Mészáros, István (2002), *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- OIT (2009), *Panorama laboral para a América Latina e Caribe – 2008*. Brasília: OIT/Brasil.
- Pollert, Anna (1996), “‘Team work’ on the Assembly Line: Contradiction and the Dynamics of Union Resilience”, in Peter Ackers; Chris Smith; Paul Smith (orgs.), *The New Workplace and Trade Unionism: Critical Perspectives on Work and Organization*. London: Routledge.
- Rifkin, J. (2004), “Return of a Conundrum”, *The Guardian*, 02/03/2004.
- Tertulian, Nicolas (1993), “Le concept d’aliénation chez Heidegger et Lukács”, *Archives de Philosophie – Recherches et Documentation*, 56, Julho/Setembro.
- Vasapollo, L. (2005), *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Vincent, J. Marie (1993), “Les automatismes sociaux et le ‘general intellect’”, *Paradigmes du Travail, Futur Antérieur*, 16. Paris: L’Harmattan.